



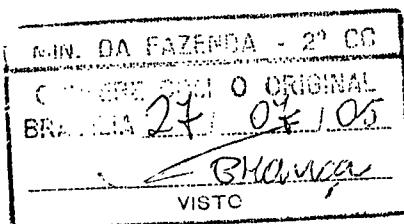
Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 16327.002094/2003-60  
Recurso nº : 129.028  
Acórdão nº : 204-00.121

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
De 28 / 03 / 06  
VISTO

2º CC-MF  
Fl.

Recorrente : COMERCIAL ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
Recorrida : DRJ em Campinas - SP



#### NORMAS PROCESSUAIS.

CONCOMITÂNCIA DE DISCUSSÃO JUDICIAL.  
RENÚNCIA À INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. A concomitância da discussão no Poder Judiciário implica em renúncia à instância administrativa de julgamento  
**Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**COMERCIAL ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.**

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 17 de maio de 2005

Henrique Pinheiro Torres

**Presidente**

Flávio de Sá Munhoz

**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Nayra Bastos Manatta, Rodrigo Bernardes de Carvalho, Júlio César Alves Ramos, Sandra Barbon Lewis e Adriene Maria de Miranda.

Imp/fclb.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 16327.002094/2003-60  
Recurso nº : 129.028  
Acórdão nº : 204-00.121

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
COPIE-SE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 24/04/05
B. Marca
VISTO

2º CC-MF  
Fl.

**Recorrente : COMERCIAL ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

## RELATÓRIO

Em 03 de junho de 2003 a contribuinte foi cientificada da autuação fiscal, perpetrada em decorrência da falta de recolhimento da Contribuição destinada ao Financiamento da Seguridade Social – Cofins, relativa aos fatos geradores compreendidos entre os meses de fevereiro de 1999 a dezembro de 2001.

De acordo com o Termo de Verificação fiscal (fls. 18/20), a contribuinte impetrou o Mandado de Segurança nº 1999.61.00.042061-7 perante a 5ª Vara Federal de São Paulo, para que a impetrante permanecesse isenta da Cofins nos termos do art. 11 da Lei Complementar nº 7/70, que exonerava as corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários do pagamento da Cofins, cujo regime foi alterado com o advento da Lei nº 9.718/99, pugnada inconstitucional pela ora recorrente.

A autuada envolveu-se em outra discussão judicial, por meio da propositura da Ação Ordinária nº 2001.61.00.017285-0, em trâmite perante a 11ª Vara Federal de São Paulo, desta feita, para discutir a possibilidade de exclusão da base de cálculo do PIS e da Cofins das parcelas de receitas transferidas para outras pessoas jurídicas, desde fevereiro de 1999, em razão da vigência do art. 3º, inciso III, da Lei nº 9.718/99.

O auditor constatou que, na data do lançamento, os valores informados se encontravam com a exigibilidade suspensa, nos termos dos incisos IV e V, do art. 151, do CTN.

O crédito tributário foi constituído sem exigibilidade e sem a multa de ofício e com a aplicação da taxa Selic, nos termos dos artigos 63 e 61, § 3º, da Lei nº 9.430/96.

A autuada impugnou a exigência e sustentou a improcedência do lançamento, sob os fundamentos que a levaram a discutir a questão no âmbito judicial.

Em 28 de agosto de 2003 a recorrente protocolou petição dirigida à d. DRJ em São Paulo - SP, informando da desistência do Mandado de Segurança nº 1999.61.00.042061-7 e a inclusão dos valores em discussão no Parcelamento Especial- PAES instituído pela Lei nº 10.684/03. A “Confirmação do Recebimento do Pedido de Parcelamento Especial” expedida pela SRF/PGFN se encontra acostada às fls. 216/223 destes autos.

A DRJ em Campinas - SP deixou de apreciar as matérias ventiladas na impugnação, em razão da concomitância de processo judicial e da incompetência para apreciação de inconstitucionalidade.

Contra a referida decisão foi manejado recurso voluntário, devidamente acompanhado de arrolamento de bens.

No recurso interposto, a contribuinte esclarece que a matéria remanescente para apreciação se restringe à possibilidade de exclusão da base de cálculo do PIS e da Cofins das parcelas de receitas transferidas para outras pessoas jurídicas, desde 1º de fevereiro de 1999 a 9

JM



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 16327.002094/2003-60  
Recurso nº : 129.028  
Acórdão nº : 204-00.121

Nº. DA F.	C.C.
COPIAS	ORIGINAIS
ER	27/07/05
VISTO	

*Branca*

2º CC-MF  
Fl.  
\_\_\_\_\_

de junho de 2000, em razão da vigência do art. 3º, inciso III, da Lei nº 9.718/99, ao qual entende auto-aplicável.

Defendeu a ilegalidade do AD SRF nº 56, citado como obstáculo à pretensão da autuada pela decisão da DRJ em Campinas - SP.

É o relatório.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 16327.002094/2003-60  
Recurso nº : 129.028  
Acórdão nº : 204-00.121

MIN. DA F.	2º CC
COM. F.	ORIGINAL
BRAZIL	27/04/05
VISTO	

*R. Hanca*

2º CC-MF
Fl.

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR FLÁVIO DE SÁ MUNHOZ

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

A concomitância da discussão no âmbito judicial impede o conhecimento da questão na esfera administrativa.

É que, apesar de autônomas as instâncias, a dupla discussão fere o princípio da jurisdição una, estabelecido pelo art. 5º, inciso XXXV da CF/88, conforme bem apontam Marcos Vinícius Neder e Maria Teresa Martinez Lópes<sup>1</sup>.

*Os Conselhos de Contribuintes, no entanto, têm, reiteradamente, decidido que a propositura pelo contribuinte contra a Fazenda Nacional de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou posteriormente à autuação, com o mesmo objeto acarreta a renúncia às instâncias administrativas ou desistência de eventual recurso interposto<sup>2</sup>, sob o fundamento de que o ordenamento jurídico brasileiro adota o princípio da jurisdição una, estabelecido no art. 5º, inciso XXXV, da Carta Política de 1988.*

E, mais adiante, continuam os renomados autores:

*A superação da ‘renúncia administrativa’ tem-se verificado, no entanto, quando a matéria já está pacificada pelos tribunais superiores. Nesta hipótese, já que não há dúvidas quanto ao desfecho final da lide judicial e, em respeito à economicidade do processo fiscal, os julgadores administrativos têm conhecido e provido os recursos<sup>3</sup>.*

No caso em análise, inexiste definição judicial acerca da tese sustentada pela recorrente, sequer podendo ser adotada ao caso a solução de economia processual sufragada no âmbito dos Conselhos de Contribuintes.

Não se pode admitir a discussão concomitante nas esferas administrativa e judicial também em face da possibilidade de adoção de decisões conflitantes, o que seria situação.

A matéria submetida ao Poder Judiciário, não pode ser apreciada no âmbito administrativo, ainda que os motivos alegados para o afastamento da norma sejam diversos. A preclusão diz respeito à matéria e não aos motivos que justifiquem a tese sustentada.

A discussão acerca da aplicação do art. 3º, § 2º, III da Lei nº 9.718/98 foi submetida à apreciação judicial, razão que impede o seu conhecimento nesta instância administrativa de julgamento.

Por tais fundamentos, voto no sentido de negar provimento ao recurso voluntário interposto, para manter o lançamento tributário perpetrado.

É como voto.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 2005

*FLÁVIO DE SÁ MUNHOZ*

<sup>1</sup> Processo Administrativo Fiscal Federal Anotado, 2ª ed., São Paulo: Dialética, 2004, pp. 207/208.

<sup>2</sup> Nota de rodapé dos autores: "Neste sentido, veja-se Ato Declaratório Normativo nº 3, de 14 de fevereiro de 1996, e Portaria nº 258, de 24 de agosto de 2001, art. 26"

<sup>3</sup> Op. cit. p. 208